

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9291 | Salvador, quarta-feira, 08.04.2026

Presidente em exercício Elder Perez



DEMOCRACIA SOCIAL

Cultura pela cidadania



Como a democracia social vai bem além do voto livre e inclui redução das desigualdades, superação da pobreza e também cultura, requisitos indispensáveis à civilidade, o governo Lula acaba de lançar dois programas significativos: o MEC Livros e o MEC Idiomas. Iniciativas para ampliar o acesso ao conhecimento e aprimorar a formação do povo brasileiro. Página 2



A escalada do assédio moral no Brasil

Página 2

Livros e idiomas acessíveis a todos



TEMAS & DEBATES

Vidas LGBTQIA+ sob ameaça constante

Graça Gomes*

A violência contra pessoas LGBTQIA+ no Brasil é um problema grave e persistente, que reflete desigualdades históricas, preconceito estrutural e falhas na proteção social. Mesmo com avanços legais importantes, como a criminalização da LGBTfobia pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2019, a realidade cotidiana ainda é marcada por agressões físicas, psicológicas e simbólicas.

O Brasil frequentemente aparece entre os países com maior número de mortes de pessoas LGBTQIA+, especialmente de pessoas trans e travestis. Segundo dados de organizações como o Grupo Gay da Bahia, os crimes são motivados, em grande parte, pelo ódio e intolerância. Muitas vítimas são assassinadas com extrema violência.

Além da agressão física, há também formas mais silenciosas, mas igualmente destrutivas, como a exclusão social, o preconceito no mercado de trabalho, a evasão escolar e o abandono familiar. Pessoas LGBTQIA+ muitas vezes enfrentam dificuldades para acessar direitos básicos, como saúde, educação e segurança. No ambiente familiar, muitos jovens são expulsos de casa ao assumirem a identidade, ficando em situação de vulnerabilidade.

Outro ponto crítico é a subnotificação. Muitos casos de violência não são registrados por medo, vergonha ou desconfiança nas instituições. Isso dificulta a criação de políticas públicas eficazes e invisibiliza ainda mais o problema. Apesar de existirem iniciativas de acolhimento e proteção, elas são insuficientes.

É importante destacar que a violência atinge de forma mais intensa pessoas LGBTQIA+ negras, pobres e periféricas, mostrando como diferentes formas de desigualdade se cruzam. O combate a essa realidade exige ações integradas: educação para o respeito à diversidade, políticas públicas inclusivas, fortalecimento das leis e, principalmente, mudança cultural.

Garantir a dignidade e a segurança da população LGBTQIA+ é mais do que uma questão de direitos humanos, é, sobretudo, justiça social. Uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que respeita e protege todas as formas de existência.

* Graça Gomes é diretora do Sindicato dos Bancários da Bahia

Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

Plataforma *online* do MEC amplia o acesso à educação. Isto é inclusão de verdade

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **ACESSO** à leitura e ao aprendizado de idiomas ainda é muito desigual no Brasil. Segundo a pesquisa **Retratos da Leitura no Brasil**, do Instituto Pró-Livro, mais da metade dos brasileiros não se considera leitora. Entre os motivos, falta de tempo, de acesso e de incentivo. Entre os mais pobres, o livro ainda é um bem distante, enquanto cursos de idiomas são concentrados em quem pode pagar.



Os dados, de 2024, mostram que **53% dos brasileiros se declararam não-leitores, contra 47% que afirmavam ler**. Em 2019, ano de comparação, o cenário era inverso. É nesse cenário que o MEC (Ministério da Educação) acaba de lançar duas plataformas digitais gratuitas - MEC Livros e MEC Idiomas.

A proposta é simples, mas politicamente muito relevante: ampliar o acesso ao conhecimento em um país onde estudar ainda é, muitas vezes, um privilégio. O MEC Livros funciona como uma biblioteca digital com cerca de 8 mil títulos, entre obras clássicas e contemporâneas, disponíveis para empréstimo gratuito por tempo determinado.

Já o MEC Idiomas oferece cursos de inglês e espanhol, do básico ao avançado, com centenas de aulas e possibilidade de expansão para outras línguas. As plataformas podem ser acessadas por celular, computador ou tablet, integradas ao sistema gov.br.

Na prática, isso significa levar conteúdo de qualidade para quem historicamente ficou à margem — especialmente estudantes da rede pública, trabalhadores e pessoas que não conseguem arcar com cursos pagos.

A iniciativa reforça o papel das políticas públicas na promoção da inclusão educacional. Ao oferecer conteúdos gratuitos e de qualidade, o governo busca reduzir desigualdades e ampliar o acesso ao conhecimento em todo o país.



Governo pressiona pelo fim da 6x1

COM a demora do Congresso em votar o fim da escala 6x1, o presidente Lula deve enviar um projeto de lei em regime de urgência para acelerar a tramitação. A Câmara dos Deputados terá até 45 dias para analisar. A iniciativa difere da proposta de PEC do presidente da Casa, Hugo Motta, muito mais lenta. importante destacar que o assunto tem grande apoio popular: 71% dos brasileiros defendem a redução dos dias de trabalho, segundo pesquisa do Datafolha. O trabalhador tem o direito de descansar.



No banco dos réus

OS BANCOS especializados em crédito consignado lideram o número proporcional de processos no país. Estudo da USP (Universidade de São Paulo), com dados do CNJ e do Banco Central, mostra o Agibank com 2.156 ações a cada 100 mil clientes, seguido por Daycoval (1.753), BMG (1.647), Pan (717) e Safra (599).

O levantamento aponta falhas recorrentes na relação com clientes, principalmente falta de transparência e contratação de produtos sem esclarecimento, resultando em cobranças inespéradas e aumento do custo.

Criada em 2003, o crédito consignado passou a dominar o mercado, concentrando cerca de 65% do total e movimentando R\$ 742 bilhões.

Diante da enxurrada de ações, parte dos grandes bancos recua, enquanto órgãos como o TCU (Tribunal de Contas da União) e o STJ (Superior Tribunal de Justiça) analisam irregularidades e buscam uniformizar decisões.

O volume de denúncias reforça a urgência de regulação mais rígida, fiscalização efetiva e responsabilização das organizações financeiras, como forma de conter os abusos e garantir proteção real à população.

Justiça contra abusos

Prática cresceu 20%. Foram 142 mil casos, somente ano passado

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O ASSÉDIO MORAL no trabalho avança no Brasil. O aumento ano passado foi superior a 20%, segundo a Justiça do Trabalho. Em números, foram mais de 142 mil novos casos, impulsionados por metas abusivas, pressão constante e práticas de gestão que adoecem e afastam das atividades.

Por trás do dado, há um cenário estrutural. A intensificação do trabalho, a cobrança por resultados cada vez mais agressivos e a insegurança no emprego criam terreno fértil para hu-

milhões, constrangimentos e violências cotidianas, muitas vezes naturalizadas.

A categoria bancária é um dos exemplos. Exposta diariamente à pressão por metas e entrega de resultados, convive com cobranças que ultrapassam limites saudáveis. Não por acaso, o setor está entre os que mais registram afastamentos por doenças mentais no país.

Diante do quadro preocupante, mudanças na legislação tentam responder ao problema. A atualização da NR-1 (Norma Regulamentadora) passa a exigir que as empresas identifiquem, avaliem e controlem riscos psicossociais, como estresse, sobrecarga e o próprio assédio moral. Na prática, reconhece que saúde mental é questão de segurança no trabalho.



O desafio, no entanto, está na aplicação. As empresas tentam postergar a mudança. Paralelamente, segundo especialistas, muitas negligenciam casos de burnout e sofrimento emocional, tratando-os como fragilidade individual, e não como consequência de ambientes adoecedores.

Assédio moral

Nubank na Febraban é retrocesso

HOUVE um período em que a ausência de agências físicas tornava os bancos digitais alvo

de descrédito e até de ironias. O cenário, no entanto, caminha para o lado oposto, com o anúncio da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) de que o Nubank, instituição sem qualquer estrutura presencial, agora integra a entidade que historicamente representa os grandes bancos do país.

A mudança, embora apresentada como sinal de modernização, escancara uma contradição profunda. Ao incorporar uma fintech sem atendimento físico, a Febraban não apenas reconhece um novo modelo de negócio, mas também legitima a progressiva retirada de um serviço essencial em um país marcado por desigualdades de acesso.

O Sindicato reafirma que a inovação tecnológica não pode servir de justificativa para a retirada de direitos

É inegável que a digitalização é um fenômeno irreversível. No entanto, o que se questiona é a forma com que é imposta. Ao celebrar a entrada do Nubank, a Febraban sinaliza que a ausência de agências é aceitável, mesmo diante da demanda da população por suporte físico para resolver problemas, lidar com fraudes ou simplesmente exercer o direito de acesso ao sistema financeiro.





Elite mantém riqueza oculta

Apenas 0,1% de toda humanidade detém trilhões em paraísos

ANA BEATRIZ
imprensa@bancariosbahia.org.br

MAIS UMA prova incontestada da necessidade de uma reforma tributária capaz de reduzir as desigualdades e combater os privilégios. A quantidade de riqueza não tributada escondida em paraísos fiscais pelo 0,1% mais rico do mundo supera a riqueza da metade mais pobre da humanidade, o equivalente a 4,1 bilhões de pessoas.

A conclusão é da Oxfam, que estima ainda que US\$ 3,55 trilhões em riqueza não tribu-

tada foram enviados para paraísos fiscais e contas não declaradas em 2024. O valor é maior do que o PIB (Produto Interno Bruto) da França e é mais do que o dobro do PIB combinado dos 44 países menos desenvolvidos do mundo. Uma discrepância escandalosa.

Do total estimado (US\$ 3,55 trilhões), o 0,1% mais rico detém cerca de 80% da riqueza *offshore* não tributada, correspondente a US\$ 2,84 trilhões. São os donos do poder, cobertos pelo guarda-chuva da impunidade. Um sistema projetado para enriquecer, ainda mais, o seletivo grupo. Enquanto isto, recursos para áreas essenciais, como saúde, educação e segurança são drenados.

Arbitral é hoje

O FUTSAL dos bancários deste ano promete disputas emocionantes. Hoje, às 18h, acontece o arbitral, no Ginásio de Esportes, localizado na ladeira dos Afritos.

É fundamental que os representantes dos times estejam presentes, pois serão discutidos e definidos o regulamento e o formato da competição.

Para mais informações, basta procurar Marcos Bocão, através do e-mail marcobocaoartilheiro@bol.com.br



ou pelo número (71) 99941-6204. O campeonato é promovido pelo Departamento de Esportes do Sindicato.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

TERRÍVEL ANDRÉ Homenageado em São Paulo por deputados bolsonaristas, André Mendonça defendeu “imparcialidade” no Judiciário. Vale lembrar, ele foi indicado ao STF por Bolsonaro, que o chamava de “terrivelmente evangélico” e o considera ministro de confiança. Inclusive, costuma dizer que, incluindo Nunes Marques, detém 20% da Corte. Hoje, um pouco mais, com Fux.

MAIS IMPORTANTE Muito mais do que imparcialidade, expressão cercada de controvérsias, fonte de tantas polêmicas, o STF (Supremo Tribunal Federal) precisa é de ministros garantistas. Afinal, para o operador do Direito, preponderante é respeitar e fazer valer a legislação, requisito indispensável ao exercício da Justiça plena, ao aperfeiçoamento da democracia e valorização dos princípios republicanos.

MINAR SUPREMO Com os constantes ataques ao STF, as elites reacionárias que sustentam Bolsonaro e outras excrescências da política, sustentadas pela canalha mídia corporativa, não visam, de jeito nenhum, combater a corrupção, pois vivem de corromper a institucionalidade. Na realidade, o que buscam é fragilizar o Supremo, por ser o grande baluarte da democracia, hoje, no Brasil.

MÍDIA CRETINA A necessidade de o ministro da Comunicação Social, Sidônio Palmeira, ter de ir a público dizer que Lula “não abre mão da reeleição”, mostra a manipulação delinquente da mídia corporativa, que assim como a milícia virtual também propagou a *fake news* de que o presidente desistiria da candidatura. As elites voltam a flertar com o fascínio, como em 2018 com Bolsonaro.

DOIS CRIMINOSOS A ameaça do presidente dos Estados Unidos de dizimar o povo iraniano se o Estreito de Ormuz não for reaberto - “Uma civilização inteira morrerá esta noite, para nunca mais ser recuperada. Eu não quero que isto aconteça, mas provavelmente acontecerá” - dá a exata dimensão do risco que representa para o mundo e a humanidade, delinquentes como Trump e Netanyahu.

Informação obrigatória contra o câncer

A LEI 15.377/26 sancionada antontem pelo presidente Lula obriga as empresas a informar sobre vacinação, HPV e câncer. A norma altera a CLT e amplia o

dever de orientação sobre a saúde. Segundo o texto, os empregadores devem promover ações de conscientização e orientar o trabalhador sobre o acesso a serviços de diagnósticos. O foco é na saúde preventiva.

